



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA
NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

Ata da Reunião GAEPE – 18.12.20

(21ª Reunião)

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o **Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto**, representando esta Egrégia Corte de Contas; a **Excelentíssima Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas (MPC/RO) Ivonete Fontinelle**; o **Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Titular - Promotoria de Educação de Porto Velho/RO (MPE/RO), Alexandre Jesus de Queiroz Santiago**; o **Excelentíssimo senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes**, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o **Excelentíssimo senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves**, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o **Excelentíssimo senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico**; a **Excelentíssima senhora Promotora de Justiça da Saúde, Emília Oiye**; o **Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu**; o **senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo**; a **senhora coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da AGEVISA, Flávia Cerrano**; o **Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia – SINEPE/RO, Augusto Pellúcio e**; representando o **Instituto Articule, a senhora Alessandra Gotti e o senhor Ismar Barbosa da Cruz**, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionados ao tema do ensino remoto.

1) O que foi discutido

A representante da Articule, Alessandra Gotti, como mediadora da reunião, lembra que este é o 21º encontro, o último do ano de 2020, contados desde a instalação do GAEPE, ocorrida 8 (oito) meses antes, sendo a reunião seguinte marcada para 22 de janeiro de 2021. E como pontos de pautas, além da apresentação do Conselho Estadual da Educação, há um ponto relacionado a saúde e outro referente ao planejamento das redes estadual e municipal para o ano de 2021.

Com a fala, o sr. ISMAR incentivou a todos os presentes a refletirem sobre próximos pontos de pauta para reunião futura do GAEPE, marcada para o próximo ano.

Foi dado início as apresentações pela Sra. ANTÔNIA, Gerente Técnica do Conselho Estadual de Educação, substituindo o Vice-Presidente do CEE, o Sr. Agenor, por encontrar-se em viagem, e inserindo o item da pauta de hoje: apresentação de um feedback referente aos dados coletados das instituições de ensino, reunidos através de questionamentos.

Falará sobre como foi realizado o monitoramento, antes de passar para o Sr. Cilfarney para prosseguimento da apresentação. Após as resoluções nº 1253 e 1256, a comissão começou a elaboração de um plano de monitoramento, estabelecendo critérios,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

estratégias e ações para acompanhar e avaliar a operacionalização das aulas não presenciais pelas instituições de ensino. Nessas reuniões, a comissão ouviu os relatos das Secretarias Municipais de Educação e das mantenedoras, e foram realizadas discussões referentes aos questionamentos enviados anteriormente às instituições de iniciativa privada, além de orientar quanto às dúvidas que foram surgindo no momento dessas reuniões. Nesta primeira fase, foi feita a análise de praticamente todas as escolas, mas a partir da resolução nº 1261, o acompanhamento se dará apenas às escolas devidamente regularizadas. E com esse apanhado, a Sra. Antônia passa a palavra para o assessor técnico Cilfarney apresentar os dados coletados, a receptividade do que foi respondido pelas instituições e redes de ensino.

O Sr. CILFARNEY inicia a apresentação cumprimentando a todos e utilizando-se de planilhas expostas aos presentes na reunião. Essas planilhas foram elaboradas com o intuito de demonstrar os resultados obtidos em decorrência dos questionários aplicados e das reuniões de monitoramento realizadas.

As reuniões ocorridas e dispostas pela Sra. Antônia tinham como objetivo saber as datas de início da atividade não presencial, assim como também os meios e as ferramentas utilizadas para oferta dessas aulas. Foi feita a tabulação dessas respostas, sendo conhecidas as atividades desenvolvidas. Como material impresso, utilizaram-se de apostilas e livros didáticos, os grupos de *WhatsApp* em quase todas as atividades, e nas atividades remotas a utilização de plataformas como *Google Classroom*, *Google Meet*, e Escola Digital (com aulas online, aulas expositivas e dialogadas, e os grupos de *WhatsApp*). A frequência e a carga horária ocorreram através de planilhas de controle, com base em atividades devolvidas (os alunos desenvolviam e devolviam), *WhatsApp* e relatórios de atividades desenvolvidas com um portfólio. O monitoramento através de grupos de *WhatsApp* com a devolução das atividades desenvolvidas através também de portfólios, um e-mail de alunos cadastrados, contato frequente com o aluno e a família, e reuniões online e registros fotográficos. Com relação ao início das atividades não presenciais, foi informado que praticamente todos iniciaram no mês de abril, com exceção de 4 cidades, que começaram após a data de 13/04, sendo que Presidente Médici começou no mês de maio. Quanto ao percentual de atendimento dos alunos nessas atividades não presenciais, também um gráfico mostrando uma linha de tendência cortando em torno de 90%, 91%.

Em seguida, o Sr. Cilfarney apresentou o questionário proposto pela Comissão de Monitoramento, apresentado para respostas das escolas. Destacou que todo esse material seria disponibilizado posteriormente por meio de um relatório, registrado como documento do Conselho, disciplinando todo o trabalho realizado durante o período.

O Sr. ISMAR retoma a palavra e, a pedido do Dr. Bruno, propõe a disponibilização da apresentação no *chat* da reunião. Dá seguimento às pautas do dia, e passa a palavra para a Dra. Alessandra, que retoma a pauta referente a discussão relacionada à saúde com a participação da Dra. Emília, sendo também informado o debate com o COSEMS, representado pelo Sr. Ruby, relacionado a discussão sobre o referenciamento das unidades básicas de saúde – UBS por escolas, abordado na pauta da reunião do dia 27/11 e que retornaria para a pauta de hoje. Passada a palavra para a Dra. Emília, vez que não há representantes do COSEMS nem indicação de participação nessa reunião por parte da Sra. Vera ou do Sr. Ruby.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

A Dra. EMÍLIA inicia sua fala cumprimentando a todos. Diz que no Brasil inteiro, a pandemia voltou de uma forma bastante forte, atingindo Rondônia num momento em que o Estado já começava a desmobilizar os leitos, havendo dificuldade de reabsorver essa nova demanda. Sendo Porto Velho um referencial, por abrigar 1/3 da população, e considerando o aumento da doença e a dificuldade da “urgência e emergência” em receber os doentes, a Secretaria Municipal, a aproximadamente 2 semanas, realizou um movimento para que todas Unidades Básicas recebessem suspeitos de Covid. Com esse movimento, houve um grande esforço no sentido de organizar e separar as demandas, em 20 a 30 unidades básicas. Organizou-se 2 expedientes: um pela manhã, que recebe os pacientes tradicionais, e um pela tarde, para receber os pacientes de Covid – acertou-se entre 20 a 24 pacientes por dia em cada unidade. O referenciamento para atendimento é feito por *call center*: a pessoa liga primeiro, o *call center* verifica a proximidade da residência com a unidade e envia o paciente com hora marcada. Destaca que a “urgência e emergência” próprias para o Covid continua em funcionamento.

Em conversa com a doutora Marilene Penati, Secretária Adjunta, a Dra. Emília informa que foi pedido a ela que pensasse num referenciamento mais específico para o pessoal da educação, e foi enviado um levantamento do número de alunos e profissionais da educação do município. A questão que está sendo colocada é: a Secretaria Municipal da Educação ainda não definiu quais e quantas escolas retornam às aulas presenciais, a proporção a ser acolhida, pois é necessário que se faça essa previsão para que a saúde possa também referenciar uma unidade mais próxima e adequada.

A Dra. FLÁVIA pede para se manifestar e informa que, com relação ao Plano Nacional de Vacinação, previsto para início no primeiro trimestre do ano, já enviou um documento que coloca os profissionais de educação dentro da primeira fase de prioridade. Destaca que tudo o que vivemos hoje, dentro da segunda onda no país, não é relacionado com a educação, e sim com as atitudes irresponsáveis da população por não adotar as medidas de prevenção. Conforme debatido dentro da AGEVISA, uma vez que a escola retorne as atividades escolares com segurança, não há entendimento de que exista um problema.

A Dra. ALESSANDRA retoma a palavra para fazer uma ponte entre o primeiro ponto de pauta, referente a saúde, com o segundo ponto, relacionado ao planejamento das redes estadual e municipais para volta as aulas em 2021. Passa a palavra para o Secretário para retomar o ponto relacionado ao fortalecimento do regime de colaboração entre estado e municípios.

O Secretário SUAMY começa dizendo que, conversando com a gestora do Estado, conseguiram investimentos para cobrir as situações que já eram previstas como difíceis, e resolveram absorver para o Estado a questão do álcool em gel e das máscaras, tanto do sistema de transporte escolar quanto nas escolas estaduais e municipais, para os primeiros 6 meses do ano. Depois, pensaram sobre a questão da disposição dos ônibus nos municípios, e para atender os alunos desse sistema, entenderam que teriam condições, inicialmente, de fornecer 2 ou 3 ônibus por município.

Ressalta que, apesar do apoio oferecido, ainda há a necessidade de estudar com alguns municípios como fazer com algumas escolas que não tiveram condições nem cuidados para o retorno. Há, em andamento, uma aquisição razoável de ônibus, para que seja disposto aos municípios que não tem condições. Foram encaminhados 5 ônibus para



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

Ariquemes, que estavam em desuso na rede. Tudo está sendo contabilizado para ser aproveitado, pois o Estado é composto por 52 municípios que não podem parar.

O Presidente PAULO CURTI, em sua rápida fala, coloca o Tribunal de Contas a disposição para orientar a SEDUC com relação às medidas que precisarem ser tomadas para viabilizar as contratações de forma regular. Ainda, pede uma avaliação quanto a viabilização de um diálogo com o Sindicato dos Professores. O Presidente sugere que seja levada essa questão como “dever de casa”, para explanação na próxima reunião: como trazer o Sindicato dos Professores para debate com o grupo.

O Secretário SUAMY retoma a palavra para reafirmar o retorno das aulas presencialmente na data de 22 de fevereiro, conforme o calendário oficial da SEDUC, e somente a AGEVISA poderá parar essa volta, se disser que não poderá ocorrer. Informa o lançamento de um Guia de Acolhimento, e que as contratações de profissionais para substituir as pessoas do grupo de risco já se encontram em andamento. Fala também que não acha que a participação do Sindicato dos Professores no GAEPE é o melhor caminho, e sim que a participação de alguns membros do GAEPE na comissão de retorno criada pela SEDUC seria mais viável, iniciando essa interação por meio de uma reunião preliminar. Depois, num segundo momento, entrariam os membros do GAEPE.

O Secretário SUAMY diz, em resposta a Dra. Ivonette sobre uma ajuda aos professores, que o auxílio internet foi proposto, mas se encontra em fase de discussão dentro da Procuradoria Geral do Estado, em razão de ter sido considerado aplicável, nesse assunto, a lei nº 173 de 27/05/2020 (estabelece o programa federativo de enfrentamento ao Coronavírus). Só resta aguardar e torcer para que a Procuradoria entenda que essa lei é inaplicável, e por isso foi proposto o auxílio. Informa também que já estão se preparando, e se encontra em fase avançada, a aquisição de quase 10 mil notebooks para os professores, que facilitarão o ensino remoto. Ainda, que a TV aberta em conjunto com a UNIR já se encontra quase concluída, sendo instalado antenas para abranger toda a região de Porto Velho, sendo utilizado como um canal para atender os alunos que não podem ser alcançados de outra maneira, pois o ensino remoto continuará acontecendo mesmo com a retomada parcial do ensino presencial.

O Dr. BRUNO começa sua explanação, a respeito da preparação para o retorno das atividades presenciais, fazendo referência a apresentação, em seguida, da Diretora Administrativa Financeira da SEDUC, Sra. Marta, sobre o regime de colaboração entre Estado e municípios. Dos 5 eixos elencados e expostos, foi pedido uma série de documentos aos municípios, para se verificar a qualidade dos planos de retorno, se havia melhorado. Para melhor entendimento, o Dr. Bruno compartilhou, de sua tela, os dados reunidos no relatório. O primeiro ponto foi em relação a avaliação dos planos de retorno, onde, no início, mais de 29 municípios não haviam começado sua elaboração, mas que finalizavam o ano de 2020 com todos prontos, a exceção do município de Vilhena, que mesmo após diversas tentativas, não encaminhou nada a respeito do plano de retorno. No mês de agosto, 30% dos municípios não tinham plano, e 69% possuíam planos pouco desajustados. Já em novembro, apenas Vilhena não cumpriu essa elaboração.

Foi perguntado também sobre a existência de comissões ou comitês para a elaboração do plano, envolvendo a intersetorialidade entre as secretarias (educação, saúde), e percebeu-se uma melhora significativa, sendo poucos os municípios que não possuem essa estratégia bem definida. Em relação as comorbidades, num primeiro momento, a grande totalidade dos municípios não haviam previsto, mas já se encontram



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

bastante avançados nesse quesito, fazendo pesquisas e relatando evidências do que foi deflagrado. Referente a aprendizagem, muitos parcialmente cumpriram, apesar das dificuldades ainda existentes, mas poucos são os municípios que não cumpriram. Mais informações seriam coletadas numa futura ação em campo a ser realizada pela auditoria.

A Sra. MARTA inicia sua fala externando sua satisfação em acolher hoje o lançamento do Guia de Acolhimento Psicossocial para o retorno das aulas presenciais, que partiu da recomendação conjunta nº 01 do MPC/MP. Dispõe que o regime de colaboração, explanado anteriormente pelo Secretário, fez com que houvesse a disponibilização, por parte da SEFIN, de recursos para a contribuição e distribuição dos materiais necessários para todos os municípios do Estado, sendo isso feito com base nas atas de registro de preços próprio do Estado, o que agilizou nas obtenções dos produtos.

A Sra. Marta compartilha sua tela para início da apresentação a respeito do planejamento de ações para o retorno às aulas presenciais. Comunica que a Secretaria da Educação lançou protocolos com orientações que estabelecem normas sobre as práticas necessárias para garantia da segurança de alunos e profissionais da educação, em atenção ao Covid-19. Será disponibilizado, através de termo de cooperação, os insumos: álcool em gel 70 (¼ do quantitativo para cada), álcool líquido 70 (20 ml por pessoa/dia) e máscaras de tecido duplo para todos os municípios do Estado (3 máscaras por aluno). Informa que foi feita uma pesquisa com os municípios que estavam com dificuldades para o retorno das aulas em razão do transporte escolar, para saber qual era o problema e definir como ajuda-los.

Ainda, é explicado, de forma mais detalhada pela Sra. Marta, a pedido do Sr. Ismar, que a compra dos EPI's será feita por meio dos 25% do auxílio federal destinados à educação do Estado, assunto inclusive debatido e solicitado nos primeiros encontros do GAEPE. O montante que sobrar será destinado para a aquisição dos notebooks informados na fala do Secretário Suamy. A Sra. Marta informa ainda, respondendo uma pergunta da Dra. Alessandra com relação ao incremento da conectividade, que está sendo planejado a instalação de fibra óptica priorizando as escolas, mas para atender a rede pública estadual. Ainda, aponta que seria economicamente mais benéfico vacinar a todos os profissionais da educação do que os substituir, como vem sendo planejado.

A Dra. ALESSANDRA retoma a palavra e elenca os pontos para a próxima reunião: a Busca Ativa sugerida pelo professor Vilson; a apresentação da Sra. Inês sobre a Covid e a política de imunização geral; o levantamento sobre a conectividade nos 52 municípios do Estado; e sugere também a pauta sobre o fortalecimento da intersetorialidade entre a educação, a saúde e a assistência social.

Finaliza a última reunião do ano com a convicção absoluta de que o caminho trilhado é o correto para que o Estado avance e se desenvolva social e economicamente, unindo todas as forças do território com um foco em comum, fazendo com que, a partir do princípio da colaboração, o avanço seja mais rápido.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentem mais detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

1. Retomada da discussão sobre a conectividade (a necessidade de um levantamento), fomentando o debate sobre como o regime de colaboração pode ajudar a ampliá-la.

2. Fortalecimento da intersetorialidade entre saúde, educação e assistência social, cujos atores envolvem o COSEMS, AGEVISA e promotoria de justiça da saúde.

3. Busca ativa escolar. O papel dos Conselhos Tutelares na Busca Ativa Escolar. A experiência do MP e TCE/RO.

Ficou marcada nova reunião para o dia 29.01.21, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.